

# **Mato Grosso do Sul e suas zonas canavieiras: uma região de fronteira (1931-2020)**

**Mateus de Almeida Prado Sampaio**

Universidade Estadual Paulista (UNESP) – Presidente Prudente, São Paulo, Brasil.  
e-mail: sampamateus@gmail.com

## **Resumo**

Esta pesquisa analisa o processo de expansão do cultivo de cana-de-açúcar no estado de Mato Grosso do Sul. Há inicialmente um resgate histórico desse processo, realizado a partir de um esforço de periodização da atividade e dos principais estágios da implantação em larga escala desse plantio em solos sul-mato-grossenses. O texto baseia-se numa proposta teórica de regionalização pautada na ideia de “região como arte-fato” (HAESBAERT, 2010). Tem como uma de suas balizas o uso da cartografia temática. Visa salientar como o processo de expansão da atividade canavieira trouxe impactos para a população aí estabelecida, para a fauna e flora, para o modo como ocorre o uso do território e para a classe trabalhadora. Por fim, tece considerações a respeito da territorialização conflituosa dessa lavoura no estado, tendo por base a edificação teórica da disputa paradigmática (FERNANDES, 2005; 2008a; 2008b).

**Palavras-chave:** Cana-de-açúcar; Mato Grosso do Sul; cartografia temática; geografia regional.

## **Mato Grosso do Sul and its sugarcane zones: a frontier region (1931-2020)**

### **Abstract**

This research analyzes the expansion process of sugarcane cultivation in the state of Mato Grosso do Sul. There is initially a historical recovery of this development, carried out through an effort to periodize the activity and the main stages of large-scale implantation of this planting in sul-mato-grossenses soils. The text is based on a theoretical proposal of regionalization based on the idea of “region as an art-fact” (HAESBAERT, 2010). It is guided by the use of thematic cartography. It aims to highlight how the process of expansion of the sugarcane activity brought impacts to the population established there, to the fauna and flora, to the way in which the use of the territory occurs and to the working class. Finally, it makes considerations about the conflicting territorialization of this crop in the state, based on the theoretical construction of the paradigmatic dispute (FERNANDES, 2005; 2008a; 2008b).

**Keywords:** Sugarcane; Mato Grosso do Sul; thematic cartography; regional geography.

## **Mato Grosso do Sul y sus zonas cañeras: una región fronteriza (1931-2020)**

### **Resumen**

Esta investigación analiza el proceso de expansión del cultivo de la caña de azúcar en el estado de Mato Grosso do Sul. Inicialmente se hace una recuperación histórica de este proceso, realizado a través de un esfuerzo por periodizar la actividad y las principales etapas de implantación a gran escala de esta siembra en suelos sul-mato-grossenses. El texto parte de una propuesta teórica de regionalización basada en la idea de “región como un arte-facto” (HAESBAERT, 2010). Está basada también en el uso de la cartografía temática. Tiene como objetivo resaltar cómo el proceso de expansión de la actividad cañera

he traído impactos a la población allí establecida, a la fauna y flora, a la forma en que se da el uso del territorio y a la clase trabajadora. Finalmente, hace consideraciones sobre la territorialización conflictiva de este cultivo en el estado, a partir de la construcción teórica de la disputa paradigmática (FERNANDES, 2005; 2008a; 2008b).

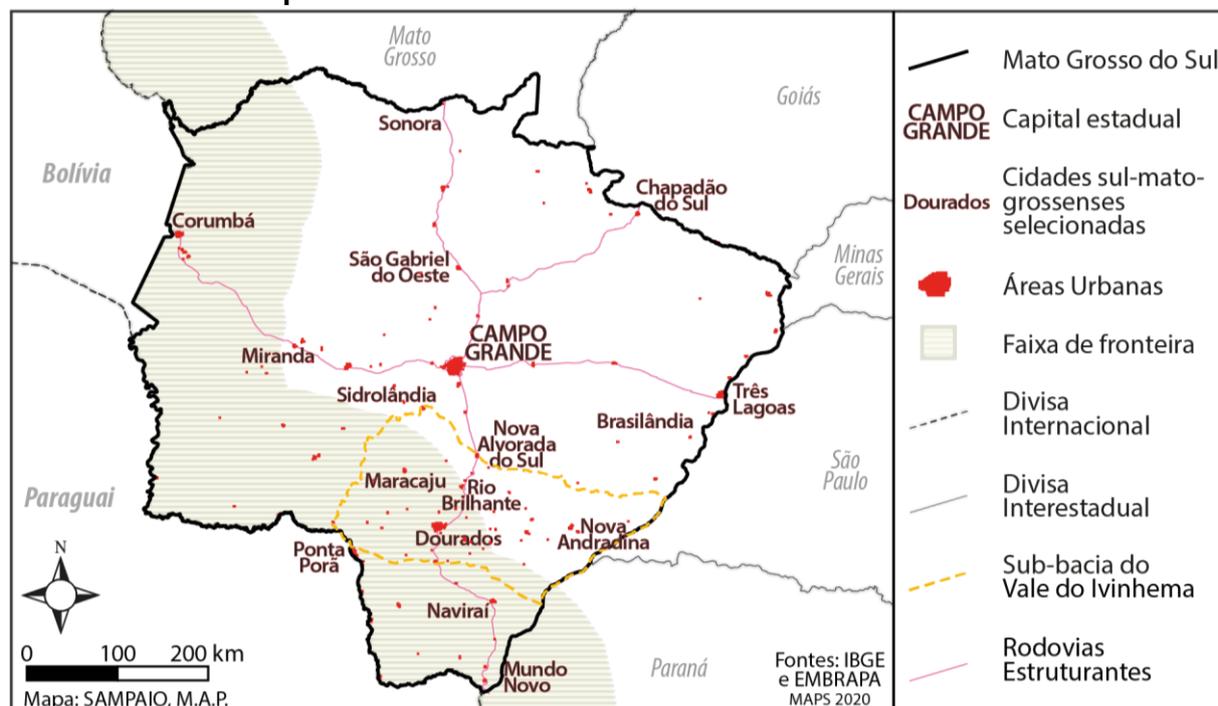
**Palabras clave:** Caña de azúcar; Mato Grosso do Sul; cartografía temática; geografía regional.

## Introdução

Este texto tem por objetivo oferecer ao leitor uma perspectiva abrangente do processo histórico de expansão da atividade canavieira no Mato Grosso do Sul, apontando seus elementos centrais. Conta, para tanto, com o subsídio da cartografia temática. Ao focar aspectos naturais e sociais relacionados à territorialização dessa lavoura no espaço agrário estadual, priorizou-se uma visão mais ampla do processo, em detrimento do aprofundamento mais detalhista em algum item específico. O estado localiza-se na região Centro-Oeste do Brasil, área de expansão da fronteira agrícola nacional e é uma das cinco unidades da federação que compõem a Macrorregião Canavieira do Centro-Sul do Brasil (SAMPAIO, 2015). Até 1977 fazia parte do estado do Mato Grosso, tendo nesse ano obtido sua autonomia. Tem divisas com os estados de Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais, São Paulo e Paraná. No plano externo, faz fronteira com Bolívia e Paraguai. Trata-se de uma região de “fronteira”, em diversos aspectos relacionados a este termo. Atualmente destaca-se como importante produtor das modernas cadeias agroindustriais de carnes (pecuária bovina e frango), grãos (soja e milho), cana-de-açúcar (açúcar e etanol) e celulose (eucalipto), entre outros. Concomitantemente, procura ser um estado voltado para a preservação ambiental com intuito de estimular o ecoturismo internacional, notadamente na região do Pantanal. Ao mesmo tempo em que sustenta elevados índices de expansão de culturas vinculadas ao agronegócio, também é um importante território de resistência para a população indígena nativa, com mais de 73 mil indivíduos, o que representa 9% do contingente nacional (IBGE, 2010). Segundo o último Censo Agropecuário, é o estado que concentra a maior participação de “latifúndios” (aqui nos referimos às propriedades com 500 hectares ou mais de área) sobre o total de estabelecimentos rurais (IBGE, 2017). Existe no estado dois troncos rodoviários principais, um no sentido Leste-Oeste, constituído pela BR-262 (que interliga Corumbá a Três Lagoas) e outro no sentido Norte-Sul, constituído pela BR-163 (de Mundo Novo a Sonora). Enquanto espaço vinculado à frente agropecuária pioneira, sustenta elevados índices de supressão da vegetação nativa. Como assinalaremos ao longo do texto, trata-se de uma zona fronteira, marcada por grandes conflitos e disparidades socioterritoriais, onde a cana-de-açúcar pode ser considerada como uma lavoura relativamente nova e catalizadora no quadro produtivo estadual. O Mapa 1 introduz

ao leitor a área sobre a qual este artigo se dedica, destacando alguns dos municípios que serão alvo de análise.<sup>1</sup>

**Mapa 1: Mato Grosso do Sul e cidades selecionadas.**



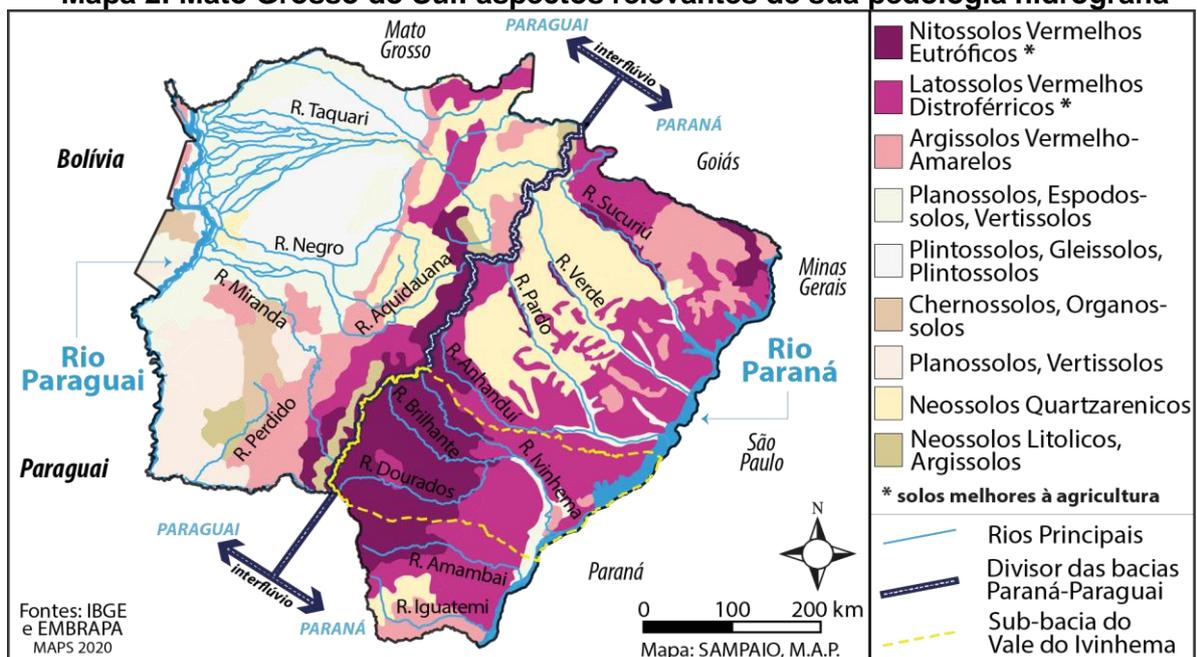
Fonte: IBGE e EMBRAPA. Elaboração do Autor.

No que se refere à rede hidrográfica – e este será um quesito importante do artigo – o estado localiza-se na alta bacia do rio da Prata, com afluentes voltados tanto para o rio Paraná quanto para o rio Paraguai. Seu território abarca, portanto, um importante divisor de águas – o que não deixa de ser considerado outra “fronteira”. O estado do Mato Grosso do Sul pode ser dividido, esquematicamente, em duas partes de extensões relativamente semelhantes. A Leste, com aproximadamente 17 milhões de hectares, insere-se na bacia do Paraná, onde possui solos relativamente mais férteis e a vegetação originária era composta por vastas incursões florestais de Mata Atlântica e de Cerrados. É onde atualmente se concentra a maior parte da atividade agrícola estadual. A Oeste, com aproximadamente 19 milhões de hectares, localiza-se na bacia do Paraguai e há predomínio de campos inundáveis associados ao bioma do Pantanal, onde os solos são mais arenosos e existe amplo rebanho de pecuária bovina criado extensivamente. Assim, o estado conta com terrenos originalmente vinculados a três biomas diferentes. Ali fazem fronteira o Cerrado (aproximadamente 21 milhões de ha), o Pantanal (aproximadamente 9 milhões de ha) e a Mata Atlântica (aproximadamente 5 milhões de ha).

<sup>1</sup> A produção da cartografia temática deste artigo pauta-se em preceitos expostos por Théry (2004), Archela e Théry (2008) e Girardi (2008, 2014).

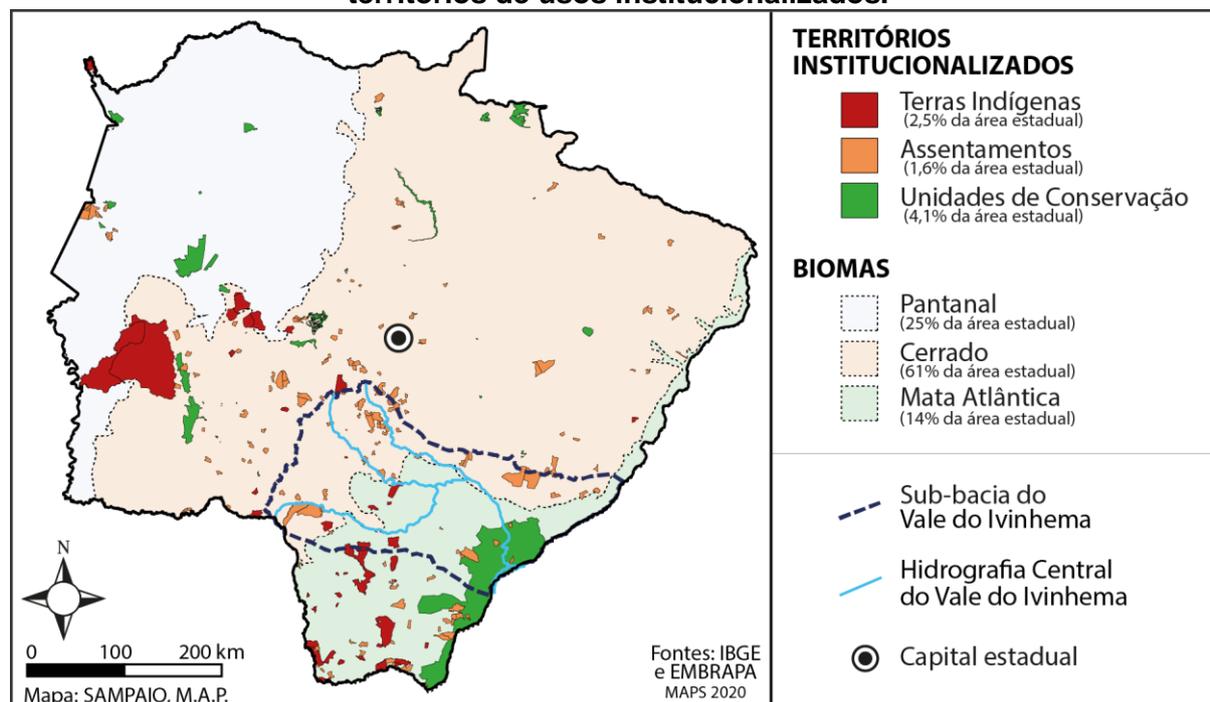
O Mapa 2 e o Mapa 3 salientam alguns dos aspectos aqui referidos. São duas imagens complementares. O primeiro refere-se a base física territorial, com ênfase nos aspectos pedológicos e hidrográficos já mencionados. O segundo diz respeito aos biomas preexistentes e ao modo (esquemático) sobre como essa natureza foi apropriada, resultando em diferentes processos de antropização e urbanização do espaço. Observando o Mapa 2 fica clara a divisão do estado em duas partes, cada uma vinculada a uma bacia hidrográfica, na qual as terras mais propícias à agricultura se concentram especialmente na porção Leste, que por sua vez pode ser distinguida entre Sudeste e Nordeste. Na área Sudeste ocorrem grandes manchas de Nitossolos e Latossolos Vermelhos, Eutróficos e Distróficos, conhecidos popularmente como Terras Roxas, de extrema fertilidade natural, onde se desenvolve a maior parte dos cultivos de cana-de-açúcar e de grãos. Já na área Nordeste, dotada de amplas extensões de Neossolos Quartzarênicos, arenosos, encontra-se a maior parte das pastagens cultivadas, assim como as vastas áreas de silvicultura, com plantios intensivos de eucaliptais (Mapa 7). Tais aspectos se contrapõem à outra “metade” do estado, a Oeste, onde as áreas agricultadas são bastante pontuais (são os casos de São Gabriel do Oeste, com o cultivo de soja e Sonora, com o de cana) e as pastagens naturais associadas ao bioma do Pantanal são a base nutricional da criação extensiva de um enorme contingente bovino, um dos maiores do Brasil. A capital e principal cidade do estado, Campo Grande, encontra-se bem no centro desse território. Trata-se de um estado parcamente povoado, com apenas 7,6 hab./km<sup>2</sup>, valor bastante abaixo da média nacional de 25 hab./km<sup>2</sup> (IBGE, 2017).

**Mapa 2: Mato Grosso do Sul: aspectos relevantes de sua pedologia hidrografia**



Fonte: IBGE e EMBRAPA. Elaboração do Autor

**Mapa 3: Mato Grosso do Sul: vegetação nativa preexistente e identificação de territórios de usos institucionalizados.**



Fonte: IBGE e EMBRAPA. Elaboração do Autor

Diante do exposto, o presente artigo enfocará a porção vinculada à bacia do Paraná, área onde ocorrem os grandes cultivos canavieiros sul-mato-grossenses. Enfocará, com maior ênfase, o Vale do Ivinhema – o leitor atendo da cartografia já deve ter se dado conta disso. O texto analisará o processo de expansão dessa cultura inicialmente por meio de um resgate histórico, realizado a partir de um esforço de periodização da atividade e dos seus principais estágios da implantação, até chegar ao panorama atual da atividade. Entre os procedimentos metodológicos, podemos destacar a revisão bibliográfica, realização de trabalho de campo, levantamento e tabulação de dados, elaboração de cartografia temática de síntese (GIRARDI, 2008, p. 47) e exposição dos resultados preliminares aos pares em eventos acadêmicos. Ao fim, serão apresentadas considerações sobre a regionalização e a territorialização da atividade canvieira sul-mato-grossense e seu espaço agrário, embasados pelos aportes teóricos de Haesbaert (2010) e Fernandes (2005; 2008a; 2008b).

### **Advento da canavicultura no Mato Grosso de Sul e a construção de sua primeira “Usina Assucareira” (1931-1975)**

Como bem destacou Manuel Correa de Andrade (1994), ao contrário das tradicionais áreas exportadoras de açúcar localizadas no Nordeste litorâneo do Brasil, o Mato Grosso, sendo uma província interiorana e isolada, no período colonial tinha na cana-

de-açúcar um cultivo voltado exclusivamente ao autoconsumo e ao abastecimento do mercado local com rapadura, açúcar mascavo e aguardente. Essa realidade se manteve por longo tempo. O primeiro levantamento sistemático sobre a produção agroindustrial de açúcar e álcool no Brasil a abranger todo o território nacional foi realizado pela Comissão de Defesa da Produção de Açúcar (CDPA), tendo sido publicado em 1933. Foram então cadastradas onze usinas no estado Mato Grosso, sendo oito concentradas em Santo Antônio do Rio Abaixo, uma em São Luiz de Cáceres e duas em Miranda (uma delas sem produção registrada). Apenas estas duas últimas nos interessam aqui, por serem as únicas localizadas no território que viria a se tornar o estado do Mato Grosso do Sul. Ficavam, frise-se, na bacia do rio Paraguai.

A “Usina Assucareira Santo Antonio” (conforme grafia de época), localizada em Miranda, era ao mesmo tempo a mais nova (fora montada em 1931) e a dotada de maior capacidade produtiva (15.500 sacas) de todo o Mato Grosso. Aparece no relatório técnico como um novo empreendimento, recém implantado, que produziu em sua primeira safra apenas 1.000 sacas, ante uma média estadual de 2.400 (a menor produção registrada foi de 500 e a maior de 5.750 sacas). Seus sócios eram Antônio Ferreira Cândido, José Theófilo de Araújo, Egino Guedes, Francisco Rebuá e Angelo Rebuá. A segunda unidade agroindustrial localizada em Miranda, conhecida como Usina Jacobina, consta como detentora de uma capacidade de produção de módicas 1.200 sacas e não havia registrado produção alguma no ano anterior ao levantamento governamental (CDPA, 1933, p. 11). O primeiro Anuário Açucareiro publicado, pelo então recém criado Instituto do Açúcar e do Álcool (IAA, 1935, p. 209), já não mencionava mais a usina Jacobina, apresentando, contudo, outra indústria igualmente sem produção registrada: a Taquarassú, de propriedade de Leonel Velasco, localizada em Campo Grande. Assim, a Usina Santo Antonio, que já nascera como uma empresa de capital limitado produtora de açúcar cristal e aguardente, representou o marco inaugural da produção agroindustrial canavieira no atual território do Mato Grosso do Sul. Hoje, restam apenas seus escombros, e sua história permanece pouco conhecida.

**Imagem 1: Primeiro quadro estatístico levantado pelo IAA para o estado de Mato Grosso (1935) e fotografia atual das ruínas da antiga Usina Assucareira Santo Antonio, em Miranda, MS.**

ESTADOS	USINA	NOME DO PROPRIETARIO	MUNICIPIO	Capacidade de moendas em 24 horas Tons.*	PRODUCTOS QUE FABRICA				
					AÇUCAR	ALCOOL	Até 98°	Aguardente	
					Ref	Crístal	Anhidro		
<b>MATTO GROSSO</b>									
	Aricá .....	Virgínio Nunes Ferraz .....	S. Ant. Rio Abaixo	80	—	sim	—	sim	sim
	Conceição .....	João Celestino C. Cardoso .....	S. Ant. Rio Abaixo	72	—	sim	—	sim	sim
	Flexas .....	João Pedro de Arruda .....	S. Ant. Rio Abaixo	40	—	sim	—	sim	sim
	Ressaca .....	Villanova Torres & Cia. ....	S. Luiz de Cáceres	90	—	sim	—	—	sim
	Santa Fé .....	Manoel Nunes Rondon .....	Poconé .....	60	—	sim	—	sim	sim
	Sto. Antonio .....	Palmiro P. de Barros .....	S. Ant. Rio Abaixo	180	—	sim	—	sim	sim
	<u>Sto. Antonio Ltda.</u> .....	<u>Us. Acuc. Sto. Ant. Ltda.</u> .....	<u>Miranda .....</u>	<u>250</u>	—	<u>sim</u>	—	—	<u>sim</u>
	São Benedito .....	Joaquim C. C. da Costa .....	S. Ant. Rio Abaixo	180	—	sim	—	sim	—
	São Gonçalo .....	Joaquim Martins Pereira .....	Cuiabá .....	96	—	sim	—	sim	sim
	São Miguel .....	Eduardo Soares de Carvalho .....	S. Ant. Rio Abaixo	96	—	sim	—	sim	sim
	Taquarassú .....	Leonel Velasco .....	Campo Grande .....						



Fonte: IAA (1935, p. 209) e Google Street View (Rua Tiradentes, 24 - Nova Miranda, Miranda – MS, CEP 79380-000)

Org: SAMPAIO, M.A.P.

Fonte: IAA (1935, p. 209) e Google Street View.<sup>2</sup> Adaptados pelo Autor

Este levantamento confirmou a existência de onze unidades produtivas no estado do Mato Grosso, todas dotadas de “turbinas e vácuo” (condição técnica para serem consideradas “fábricas” de açúcar). Salientou ainda a existência de outras oito usinas “só com turbina” (fábricas tecnicamente incompletas) e ainda mais 130 engenhos (manufaturas) espalhados por seu vasto território (IAA, 1935, p. 13). Na safra de 1933/34, as usinas de todo o Mato Grosso, moeram 9 mil toneladas de cana, participando assim com modestos 0,15% do total nacional e produziram 12,7 mil sacas de açúcar, que representaram 0,12% da produção brasileira. Pode-se afirmar que sua produção era (desde aquela época e até os dias atuais) mais voltada para a fabricação de álcool (antes potável, agora carburante): destilou então 163 mil litros de aguardente, respondendo por 0,42% do total do país.

Advinda a Segunda Guerra Mundial, o Brasil alterou radicalmente a política açucareira praticada pelo governo federal de Getúlio Vargas, passando a estimular a construção de novas unidades agroindustriais processadoras de cana no interior do país, medida que visava ampliar a ocupação demográfica do território nacional, promover sua integração e seu desenvolvimento econômico (SAMPAIO, 2015). Neste sentido, conforme destacou Gileno Dé Carli (1996), em 1945 foi autorizada a criação de mais duas fábricas de açúcar e álcool em áreas atualmente pertencentes ao estado do Mato Grosso do Sul. No Território Federal de Ponta Porã, foi aprovada a montagem de uma nova usina canieira

<sup>2</sup> Rua Tiradentes, 24 - Nova Miranda, Miranda – MS, CEP 79380-000

com capacidade para produzir 10 mil sacos de açúcar por ano, ficando a obra a cargo do próprio governo daquela jurisdição. Foi concedida autorização à empresa do fazendeiro e banqueiro paulista Vail de Miranda Chaves para montar uma usina em Três Lagoas, recebendo a cota de 30 mil sacos de açúcar por ano. Entretanto, nenhum dos dois projetos jamais saiu do papel e nenhuma das duas usinas aprovadas foi implementada. Tal situação de ínfima produção de cana para finalidades agroindustriais só começaria a mudar cerca de três décadas mais tarde.

### **O Programa Nacional do Álcool (1975-1990), a construção da primeira Destilaria Autônoma e a afirmação do Mato Grosso do Sul como produtor canavieiro arcaico e periférico (1991-2002)**

Foi somente após o estabelecimento do Programa Nacional do Álcool (PNA ou simplesmente Proálcool), em 1975, que o cultivo de cana chegou ao estado de forma mais massiva. Ainda assim, as áreas ocupadas com cana, quando comparadas às cifras atuais, eram muito modestas e suas localizações bastante pontuais. Em nível nacional, entre o início e o fim do PNA, ocorreram três fases bastante diferentes: início lento (1975-1979), expansão acelerada (1980-1985) e abandono (1986-1990), conforme apontam Castro Santos (1993), Shikida (1998), Thomaz Júnior (2002), Baccarin (2005), Natale Netto (2007), Silva e Fischetti (2008), Pitta (2011) e Sampaio (2015), entre outros. O Mato Grosso do Sul comportou-se, nesse período, como uma área canavieira secundária e espacialmente isolada. Sua primeira “destilaria autônoma de álcool”, a Rio Brilhante, localizava-se no distrito de Nova Alvorada, então município Rio Brilhante, e obteve sua primeira cota de produção alcooleira na safra de 1978/79 (ou seja, um ano apenas após a criação do estado do Mato Grosso do Sul). Foi instalada na Fazenda PAM, em solos de cerrado da bacia hidrográfica do rio Ivinhema, afluente do Paraná. Tal empreendimento, também conhecido como Destilaria PAM, foi idealizada e estabelecida pelo senhor Paulo Antonio Meneghel, descendente de italianos imigrados para Piracicaba (SP) e que desde a década de 1940 já era usineiro em Bandeirantes (PR), articulando assim uma frente de expansão canavieira envolvendo os três estados: SP-PR-MS. Assim, depois da Usina Assucareira Santo Antonio, inativa havia muito tempo, a Destilaria Rio Brilhante pode ser considerada a segunda unidade agroindustrial canavieira implementada do estado, tendo como foco exclusivo a produção de álcool combustível.<sup>3</sup> Nos anos que se seguiram, entre 1979 e 1986, outras

---

<sup>3</sup> Atualmente a PAM já não existe mais e suas terras foram alvo de Reforma Agrária: “com a falência da destilaria, as terras viraram pastagens; e com a desapropriação da fazenda, o INCRA adquiriu também a agrovila [onde outrora residiram os funcionários da PAM], cedendo a cada assentado um lote de 35 hectares e uma casa na agrovila” (OLIVEIRA; OLIVEIRA; SANTANA; SILVA, 2015, p. 34). A fazenda foi desapropriada em 1997 sendo inicialmente implantado o projeto PANA, que atendeu 86 famílias em seus quase 3.000 ha. Em 1998, com a desapropriação do restante da fazenda, surgiu o assentamento PAM, com 115 famílias distribuídas em seus mais de 5.000 ha. Com o aumento populacional a área se tornou o distrito PANA, pertencente à Nova Alvorada

nove destilarias entraram em operação no estado, visando exclusivamente a fabricação de álcool combustível, sobretudo o hidratado, mas em menor escala também o anidro.

**Tabela 1: Distribuição da produção autorizada de álcool, em m<sup>3</sup> (1978/79-1989/90).**

DESTILARIA (nome alternativo)	MUNICÍPIO (na época)	1978/79	1980/81	1982/83	1984/85	1986/87	1988/89
Rio Brilhante (PAM)	Rio Brilhante	18.000	21.000	14.100	34.600	57.658	52.000
Aquarius (Sonora Estância)	Pedro Gomes	x	27.200	19.200	26.903	41.468	47.000
R.S. (Santa Olinda)	Sidrolândia	x	6.000	8.600	13.057	18.151	18.000
Nova Andradina (Santa Helena)	Nova Andradina	x	x	15.600	19.568	16.920	21.000
M.R. (Maracaju)	Maracaju	x	x	4.200	6.834	18.650	24.555
Brasilândia (Debrasa)	Brasilândia	x	x	x	30.028	52.000	61.000
Coopernavi (Rio Amambai)	Naviraí	x	x	x	15.200	26.039	33.500
Alcoovale (Santa Quitéria)	Aparecida do Taboado	x	x	x	12.817	14.900	9.000
Cachoeira (Santa Fé e SAFI)	Rio Brilhante	x	x	x	13.005	34.826	24.000
Passa Tempo	Rio Brilhante	x	x	x	x	18.088	22.000

Fonte: Diário Oficial da União

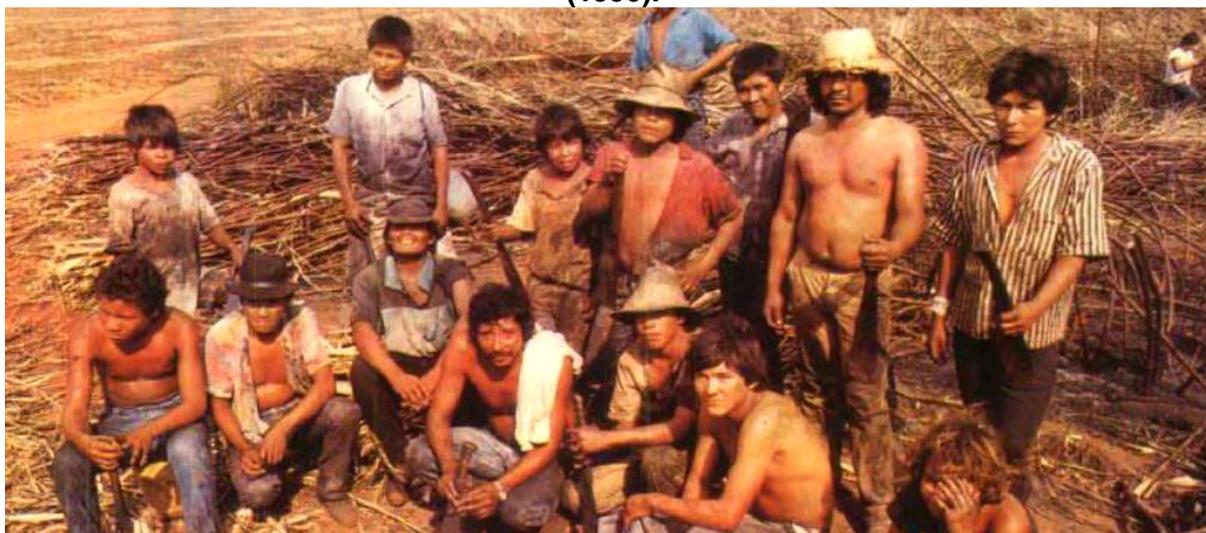
Org: SAMPAIO, M.A.P.

Fonte: Diário Oficial da União. Elaboração do Autor

A implantação dessas destilarias pioneiras teve a participação de empresários paulistas, nordestinos e de grandes proprietários rurais e lideranças locais. Quanto à mão de obra, esta era composta essencialmente por migrantes (nordestinos, mineiros, paulistas) e por indígenas oriundos do próprio estado, em sua maioria pertencentes aos grupos Guarani, Kaiowá e Terena. Estes eram empregados notadamente na árdua tarefa de corte da cana por meio da “changa”, sendo esta entendida como uma modalidade de trabalho remunerado e temporário exercido fora da aldeia (CUNHA, 2017). Durante toda a década de 1980 e também na de 1990 seguiram-se denúncias sobre a exploração extrema, cotidiana e licenciosa da força de trabalho, tanto a do migrante nordestino safrista quanto a da população originária: salários inferiores ao mínimo estabelecido; jornadas de trabalho excessivas com ausência de controle sobre a produção realizada; acidentes e ausência de equipamentos de segurança; transporte em condições inadequadas; cobranças indevidas e descontos arbitrários; alojamentos precários e isolados dos centros urbanos, onde vendas e mercearias praticavam preços exorbitantes criando servidão por dívidas; aliciamento de menores de idade; retenção de documentos; ameaças, intimidações e agressões físicas. Enfim, praticava-se a negação da legislação trabalhista, incorrendo em situação análoga à de escravidão.

---

do Sul, onde em 2018 houve uma denúncia de venda irregular de lotes, ainda pertencentes à União, para a criação de um loteamento urbano batizado de Bairro Nobre, com aproximadamente 450 terrenos de 500m<sup>2</sup> cada um. Outra feição do campo brasileiro, ambígua, contraditória e conflituosa entre o rural e o urbano.

**Imagem 2: Trabalhadores rurais indígenas na usina Passa Tempo, em Rio Brilhante (1990).**

Fonte: CORREA, 2015, p. 143.

A agrovila da destilaria Passa Tempo, distante quase 50 quilômetros da cidade mais próxima (Rio Brilhante), no fim da década de 1980 e início da de 1990 era constituída por 210 moradias, nas quais residiam os trabalhadores fixos e suas famílias. Possuía também dois grandes alojamentos, que abrigavam os trabalhadores rurais temporários, migrantes pendulares presentes apenas no período da colheita da cana. Esse isolamento propiciava, ao mesmo tempo, tranquilidade e bem-estar às famílias dos trabalhadores permanentes da empresa, e precariedade e insegurança aos trabalhadores contratados apenas como safristas (FRATA; PEREIRA; CAMPELO, 2010; CORREA, 2015). Sobre a temática do trabalho, lembremo-nos de que em 1993 a Destilaria Debrasa, localizada em Brasilândia, chamou a atenção nacional pelo mal emprego da mão de obra indígena. Houve denúncia e foi apurado que 1.370 indígenas estavam trabalhando no corte de cana, em condições indignas, análogas à de escravidão. Até para usarem a água do rio que passa nas terras da agroindústria para tomarem banho os índios tinham que pagar uma taxa, sendo por isso descontados em seu pagamento. O dono da agroindústria, José Pessoa Queiroz Bisneto, era, na época, cunhado do ex-presidente do Brasil, Fernando Collor de Mello (RICARDO, 1996, p. 739-741).

O período compreendido entre 1991 e 2002 foi de intensa estagnação produtiva para o setor sucroalcooleiro sul-mato-grossense, marcado por crises, falências, sonegações, abusos e denúncias. As péssimas condições ambientais e de trabalho revelou a fragilidade por trás dos discursos de soberania energética nacional e promoção da interiorização do desenvolvimento existentes durante as duas primeiras fases de implementação do Proálcool. A produção de álcool combustível era pequena (3% do total nacional) e a de açúcar ainda menor (1,4%). Mesmo assim, com muita morosidade e precariedade, o Mato

Grosso do Sul firmou-se como um produtor canavieiro arcaico e periférico dentro da conjuntura brasileira de então, lançando as bases para a grande expansão que se verificaria no período seguinte.

**Tabela 2: Produção do Mato Grosso do Sul em relação ao país (1980/81-2000/01).**

ETANOL - mil m <sup>3</sup>	1980/1981	1985/1986	1990/1991	1995/1996	2000/2001
Mato Grosso do Sul	28	233	262	292	315
Região Centro-Sul	3.056	9.799	9.708	10.844	9.064
Brasil	3.706	11.829	11.515	12.611	10.592
MS sobre o BR	0,8	2,0	2,3	2,3	3,0

AÇÚCAR - mil t	1980/1981	1985/1986	1990/1991	1995/1996	2000/2001
Mato Grosso do Sul	0	0	20	135	232
Região Centro-Sul	5.253	4.834	4.509	10.185	12.643
Brasil	8.254	8.033	7.365	13.513	16.198
MS sobre o BR	0,0	0,0	0,3	1,0	1,4



Fonte: UNICADATA. Foto: Destilaria PAM

Org: SAMPAIO, M.A.P.

Fonte: UNICADATA. Elaboração do Autor. Foto: Destilaria PAM.

### **Ascensão do Mato Grosso do Sul à condição de *player* global no setor sucroenergético, afirmação e crise do Vale do Ivinhema como região competitiva do agronegócio canavieiro (2003-2020)**

O terceiro e último período analisado (2003-2020) envolve duas etapas diferentes e complementares. A primeira, ocorrida entre 2003 e 2013, relaciona-se ao entusiasmo inicial criado em torno do etanol enquanto “combustível verde”, renovável e alternativo aos combustíveis fósseis, capaz de mitigar o aquecimento global. Associa-se à intensa especulação por meio de grandiosos projetos (muito jamais realizados); aos aportes financeiros de capitais produtivos e improdutos nacionais e internacionais, sendo uma parcela destes efetivamente alocada na construção de gigantescas unidades agroindustriais de última geração. Associa-se ainda ao processo de modernização técnica da produção agrícola e da exploração do trabalho, assim como à ruptura imposta pela crise financeira internacional de 2008. Na segunda etapa, ocorrida entre 2013 e 2020, todo o aporte financeiro recebido naquele primeiro momento entrou em plena produção, alçando o Mato Grosso do Sul à sua atual condição de quarto maior produtor nacional de cana-de-açúcar (atrás de São Paulo, Goiás e Minas Gerais), terceiro de etanol, quarto de cogeração elétrica a partir da queima do bagaço e sexto de açúcar. Verificou-se o “boom” canavieiro e foi, justamente neste segundo período, que os efeitos diversos de uma série de crises nacionais e internacionais se fizeram sentir com peso, fazendo com que o ritmo expansivo cessasse no estado.

**Tabela 3: Produção do Mato Grosso do Sul em relação ao país (2002/03-2018/19).**

ETANOL - mil m <sup>3</sup>	2002/2003	2006/2007	2010/2011	2014/2015	2018/2019
Mato Grosso do Sul	418	641	1.849	2.507	3.276
Região Centro-Sul	11.152	16.066	25.385	26.232	30.953
Brasil	12.623	17.844	27.376	28.480	33.103
MS sobre o BR	3,3	3,6	6,8	8,8	9,9

AÇÚCAR - mil t	2002/2003	2006/2007	2010/2011	2014/2015	2018/2019
Mato Grosso do Sul	374	576	1.329	1.391	944
Região Centro-Sul	18.778	25.796	33.501	32.011	26.510
Brasil	22.567	29.988	38.006	35.571	29.040
MS sobre o BR	1,7	1,9	3,5	3,9	3,3



Fonte: UNICADATA. Foto: Usina Adecoagro

Org: SAMPAIO, M.A.P.

Fonte: UNICADATA. Elaboração do Autor. Foto: Usina Adecoagro.

Entre 2003 e 2013 foi acelerado o aumento da produção de cana, etanol e açúcar no estado do Mato Grosso do Sul. Seu salto produtivo foi enorme, passando de 9 unidades agroindustriais em operação e 105 mil hectares cultivados para 25 unidades e 755 mil hectares (Mapas 4 e 5). Em média, passou-se de 11.700 (2003) para 30.200 hectares (2013) cultivados por cada empresa agroindustrial em funcionamento, atingindo em 2017 a elevada marca de 47.100. Em 2003 estavam em operação apenas aquelas unidades agroindustriais que haviam conseguido se manter ativas após o término dos estímulos advindos do PNA, comportando-se como pontos isolados (e capengantes) no território. Em 2013, com a entrada em atividade de diversos novos empreendimentos vinculados ao surto expansivo promovido pelo capital financeiro internacional após 2003, já era possível identificar a formação de uma espécie de conjunto regional, uma “região produtiva do agronegócio” (ELIAS, 2013), marcada pela “territorialização dos monopólios” e pela “monopolização do território” (OLIVEIRA, 2016).

No que tange à espacialização dessa cultura, pode-se afirmar que até o início da década de 2000 esta era salpicada pelo território sul-mato-grossense, sem, no entanto, conformar nenhuma característica de regionalização. Havia 9 pontos dispersos pelo espaço estadual onde esta lavoura tinha algum destaque, sempre em caráter local: duas na vertente do Paraguai, sete na vertente do Paraná.<sup>4</sup> Cada ponto canavieiro no Mapa 4 associava-se única e diretamente a uma unidade agroindustrial em funcionamento. Atualmente, no fim da década de 2010, esses mesmos pontos ainda existem, tendo-se intensificado e ampliado suas respectivas áreas. A criação de novas unidades agroindustriais e o aumento da área cultivada, de modo bastante concentrado dentro da bacia hidrográfica do rio Ivinhema, fez surgir, para além dos pontos isolados anteriormente existentes, uma verdadeira mancha

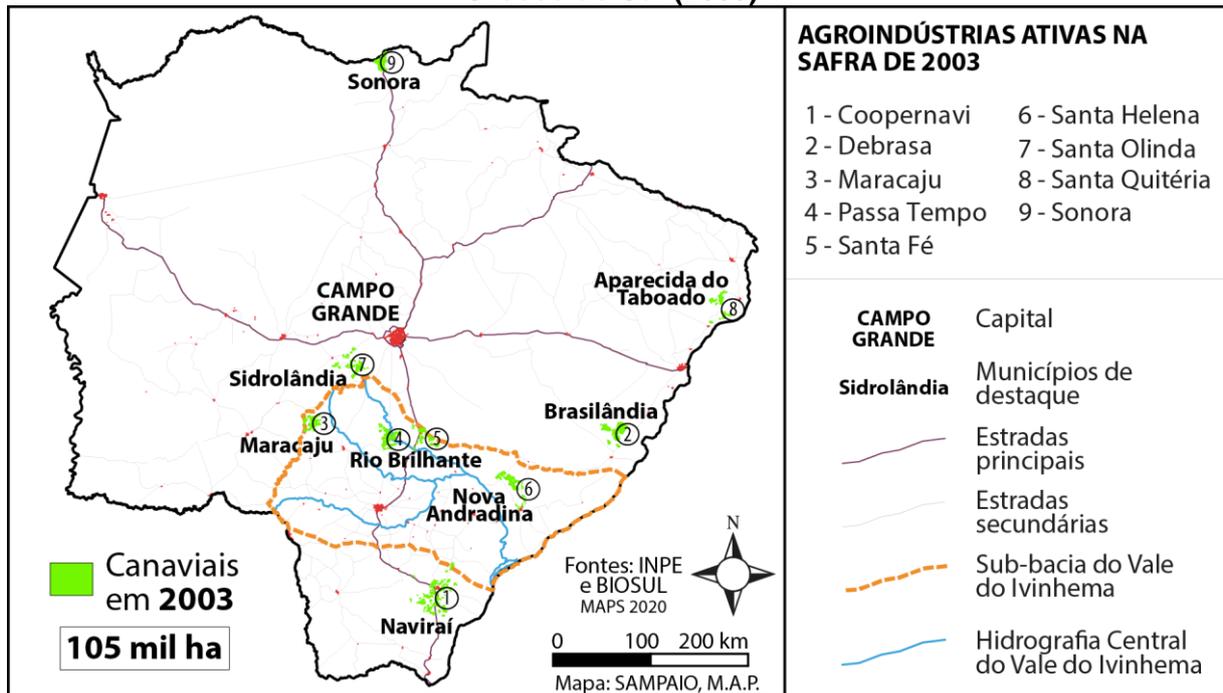
<sup>4</sup> A Lei Estadual Nº 328 de 25/02/1982, que dispõe sobre a “Proteção Ambiental do Pantanal Sul-Mato-Grossense”, posteriormente atualizada pela Lei Estadual Nº 3.839 de 28/12/2009, que “Institui o Programa de Gestão Territorial do Estado de Mato Grosso do Sul (PGT/MS) e aprova a Primeira Aproximação do Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado de Mato Grosso do Sul (ZEE/MS)”, regulamentou e proibiu a construção ou a ampliação da capacidade produtiva de unidades agroindustriais canavieiras inicialmente na “bacia hidrográfica de Rio Paraguai e de seus tributários” e posteriormente no “Pantanal Sul-Mato-Grossense, representada pela Zona da Planície Pantaneira, bem como nas áreas adjacentes, representadas pela Zona do Chaco, Zona Serra da Bodoquena, Zona Depressão do Miranda e Zona Proteção da Planície Pantaneira”.

territorial visível no Mapa 5, onde a canavicultura sul-mato-grossense se materializa com maior intensidade.

O processo de expansão e modernização da atividade realizou-se pela abertura de novas unidades agroindustriais, mas também pelo fechamento de algumas destilarias montadas na época do PNA e que deixaram de operar devido à inviabilidade técnica e/ou incapacidade administrativa, tendo sido suas respectivas áreas canavieiras “fagocitadas” pelas novas plantas recentemente instaladas. Podemos citar o caso da já mencionada e pioneira destilaria PAM, que se ainda existisse, estaria “cercada” a poucos quilômetros de distância das gigantescas Atvos Eldorado (23 km), Adecoagro Angélica (35 km), Atvos Santa Luzia (43 km) e LDC Rio Brillhante (66km). Apesar dessa empresa já não mais existir, sua criação, em 1978, pode ser entendida com o embrião dessa região canvieira que apenas 40 anos mais tarde se materializaria.

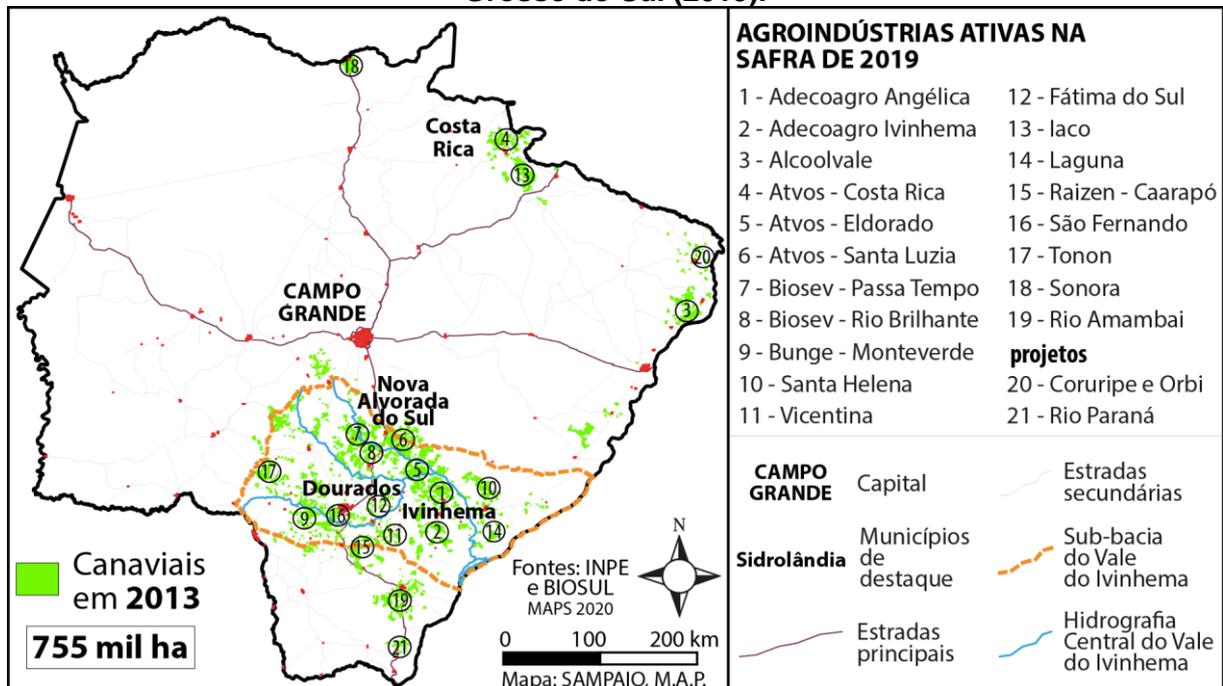
Condições fisiográficas adequadas (clima, solo, reservas hídricas, declividade do relevo), presença seletiva de infraestruturas (rodovias, ferrovias, hidrovias, armazéns, energia, portos, cidades), assim como normativas legais favoráveis (zoneamentos agroecológicos, guerra fiscal e isenções tributárias, acesso prioritário à crédito e financiamentos públicos) e custo relativamente baixo das terras fizeram do Vale do Ivinhema uma importante “região competitiva” (CASTILLO; FREDERICO, 2010) da canavicultura brasileira. Inserida dentro do chamado “Polígono do Agrohidronegócio” (THOMAZ JUNIOR, 2010) e da “Macrorregião Sucroenergética do Centro-Sul do Brasil” (CASTILLO; SAMPAIO, 2019), a cidade de Dourados desempenha o papel de centro regional da atividade sucroenergética sul-mato-grossense. Em 2020 havia 19 agroindústrias sucroenergéticas em operação no estado, e mais duas com possibilidades de inaugurarem e entrarem em operação. A chegada de centrais sucroenergéticas lastreadas por gigantescas empresas do agronegócio globalizado, tais como Louis Dreyfus, Bunge, Adecoagro, Odebrecht e Raízen, entre outras, logo monopolizou o uso de vastas extensões de terra no estado. Usinas que chegaram a custar R\$1 bilhão para serem implantadas, demandaram a amortização rápida do investimento e a recuperação do capital imobilizado, sendo a única maneira para fazê-lo consumir quantidades sempre crescentes de matéria-prima em seu processo agroindustrial. A curto, médio e longo prazos, representam um caminho aparentemente sem volta aos locais impactados.

**Mapa 4: Canaviais existentes (2003) e unidades agroindustriais em atividade no Mato Grosso do Sul (2003).**



Fonte: BIOSUL e CanaSat/INPE. Elaboração do Autor

**Mapa 5: Canaviais existentes (2013) e unidades agroindustriais em atividade no Mato Grosso do Sul (2019).**



Fonte: BIOSUL e CanaSat/INPE. Elaboração do Autor

Uma série de estudiosos que acompanharam o início do processo de expansão da atividade sucroenergética no estado assustaram-se com os números elevados que encontravam. Tais números, porém revelar-se-iam (posteriormente) superestimados. Pereira

(2007, p. 59-60) aferiu, baseando-se no cadastro de novos empreendimentos sucroalcooleiros junto ao Conselho de Desenvolvimento Industrial do estado de Mato Grosso do Sul (CDI-MS), que entre 2007 e 2012 poderiam entrar em operação 41 novos empreendimentos no estado. Consultou em seguida os estudos ambientais protocolados para obtenção de licenças de funcionamento junto à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMA-MS), concluindo que desse total, apenas 18 empreendimentos pareciam mais viáveis. As empresas com processos de licenciamento junto à SEMA-MS já iniciados foram consideradas mais prováveis de se instalarem do que as empresas que possuíam apenas o termo de acordo de benefícios junto ao CDI-MS pois o processo de licenciamento ambiental apresentava maiores custos, “o que certamente pode reduzir o interesse de especuladores, como ocorre no caso dos benefícios fiscais” (PEREIRA, 2007, p. 65).

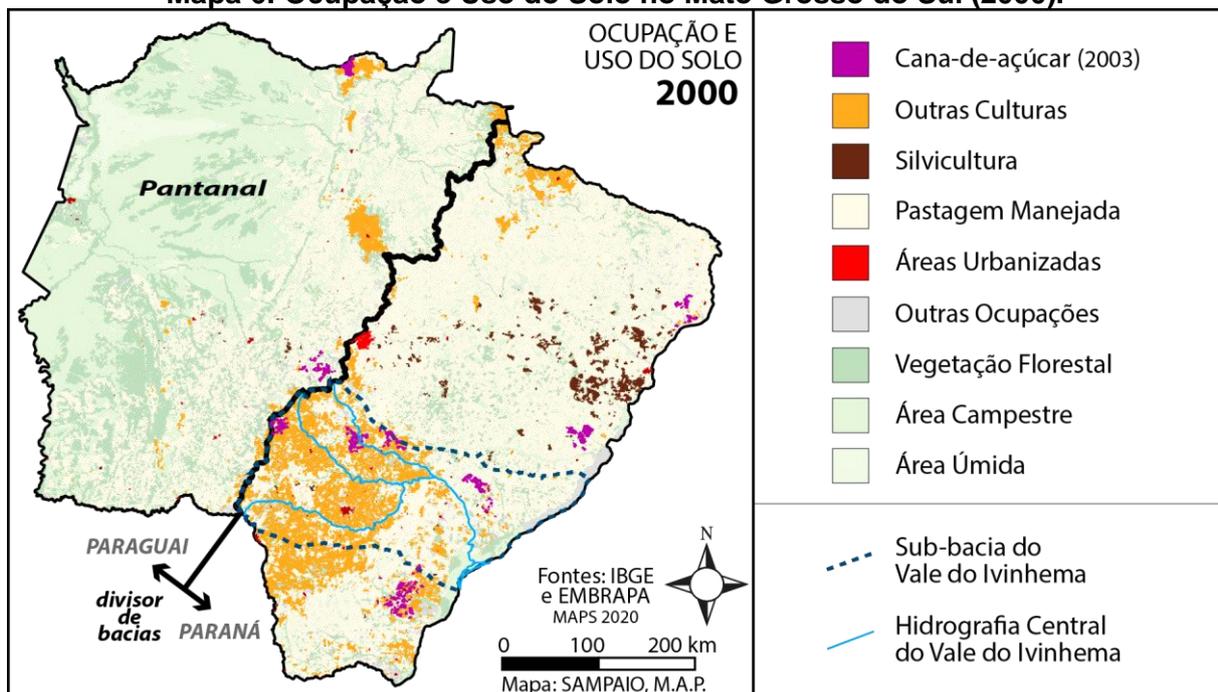
Faria e Frata (2008, p. 55), em interessante estudo focado no Vale o Ivinhema, afirmavam que apenas este “território [o vale] deverá contar com 60 unidades produtoras até a safra 2014/2015 [...] Na safra 2006/2007, 6 delas estavam em funcionamento [...] Outras 37 estão em implantação e 17 são planejadas”. Quanto às subáreas propostas pelos autores, o Alto Vale do Ivinhema potencialmente teria 31 unidades agroindustriais sucroenergéticas em funcionamento em 2015, já que havia 5 usinas em operação, 20 em implantação e mais 6 planejadas. Já Baixo Vale teria 29 unidades, das quais 2 usinas estavam em operação, 16 em implantação e ainda havia mais 11 planejadas (FARIA; FRATA, 2008, p. 69-70). Dentro da lista dos 60 empreendimentos sucroenergéticos potencialmente implantáveis, alguns municípios concentravam números exorbitantes. Apenas para apresentar alguns exemplos, Dourados tinha seis unidades em implantação ou planejadas, das quais posteriormente verificar-se-ia que cinco nunca seriam inauguradas (a saber, Eldorado unidade Dourados, Eldorado unidade Itahum, Dourados, Andrela e Coogri); Nova Alvorada do Sul tinha cinco unidades em implantação ou planejadas, das quais quatro não foram inauguradas (Alavanca, Extra, Itamarati e Dallas); Sidrolândia também tinha cinco unidades em implantação ou planejadas, mas nenhuma foi inaugurada (LDC unidade Esmeralda, Vale do Vacaria, Pantanal, Agrison e Alegrete); Nova Andradina tinha quatro unidades em implantação ou planejadas, mas igualmente sem nenhuma inauguração (Ceron unidade Nova Andradina, Agroindustrial Tietê, Santa Luzia e Paraguassu); Jateí tinha 3 unidades planejadas e nenhuma foi concluída (Ceron unidade Jateí, Infinity Bio-Energy e Nova América unidade Jateí), e assim por diante.

Domingues e Thomaz Júnior (2012, p. 151) expuseram a expectativa do governo estadual de que em 2012 o Mato Grosso do Sul seria o segundo maior produtor de cana-de-açúcar do Brasil. Teixeira (2015, p. 164-165) identificou que entre os anos de 2008 e 2012 a bacia hidrográfica do rio Ivinhema recebeu 13 novas usinas, destacando ainda o fato de

que, “segundo a SEMAC-MS, havia previsão de crescimento muito maior do que o ocorrido nessa área, pois 24 novos projetos de implantação de usinas, nessa área, não se concretizaram”. Arruzzo e Cunha (2018, p. 2.358), em pesquisa realizada após o arrefecimento do surto expansivo, identificaram que no período de expansão foram inauguradas ao todo 17 novas usinas no estado: 2 unidades na safra 2006/07; 3 unidades na 2007/08; 1 unidade na 2008/09; 7 unidades na 2009/2010 e mais 4 unidades entre 2012 e 2014.

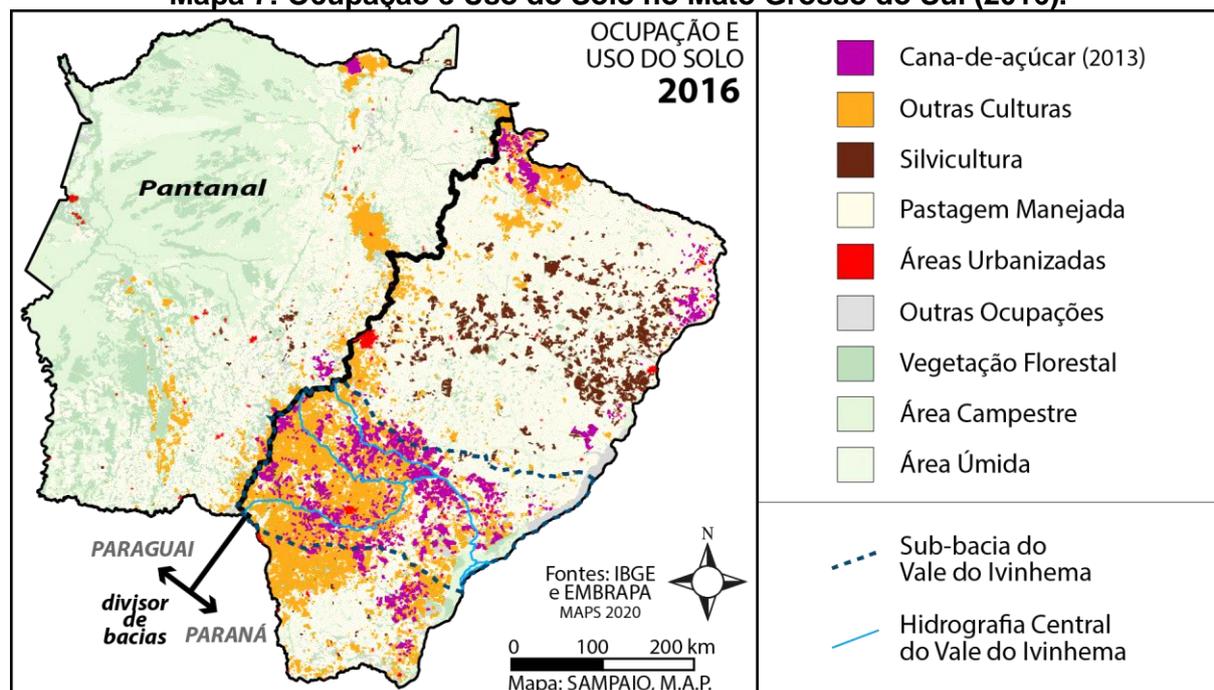
Os mapas de uso e ocupação do solo dos anos de 2000 e 2016 (Mapas 6 e 7) revelam que a expansão da área canavieira no estado deu-se sobretudo sobre espaços anteriormente ocupados por “outras culturas”, isto é, outras lavouras, notadamente as de grãos (soja e milho). Tal cartografia desmistifica e contradiz os discursos e argumentações de que a canavicultura expandia-se efetivamente sobre áreas de pastagens e solos degradados (FERREIRA; SILVA, 2017, p. 41). Houve – também – a expansão em áreas de pastagens, e mesmo de vegetação nativa, mas o *locus* principal da expansão no primeiro momento (2003-2013) foram as terras férteis em disputa travada com a atividade graneleira.

**Mapa 6: Ocupação e Uso do Solo no Mato Grosso do Sul (2000).**



Fonte: IBGE e CanaSat/INPE. Elaboração do Autor

**Mapa 7: Ocupação e Uso do Solo no Mato Grosso do Sul (2016).**



Fonte: IBGE e CanaSat/INPE. Elaboração do Autor

Por ocasião da realização de um trabalho de campo na região do Vale do Ivinhema em julho de 2013, quando realizamos entrevistas com produtores rurais e autoridades públicas, ficou claro que naquele momento, ante uma intensa disputa travada entre diferentes “frações do capital agroindustrial” (THOMAZ JUNIOR, 2010, p. 97) pelo acesso às melhores terras agrícolas, feita sobretudo via pagamento de arrendamentos mais elevados, a balança ainda tendia mais para o lado das usinas sucroenergéticas, que levavam certa vantagem sobre os sojicultores. Nossas observações foram, de certo modo, corroboradas pelos levantamentos e análises de imagens de satélite realizados naquele momento por Teixeira e Hespanhol (2012, p. 11-12), para quem:

o avanço da cana de açúcar é bem maior na parte alta da bacia, de solos mais férteis, onde predomina a produção de grãos, do que sobre a parte baixa, de solos menos férteis, onde sobressai a pecuária bovina. Isso nos induz a levantar a hipótese de que já está havendo uma disputa entre as áreas de plantio de cana de açúcar com as áreas tradicionalmente voltadas para a produção de grãos.

Entendemos que a canavicultura, estimulada pelos aportes bilionários feitos na construção das novas unidades agroindustriais após o ano de 2003, estimulou o deslocamento de outras modalidades de uso do solo para fora de nossa área em tela, promovendo, ainda que indiretamente, a migração dos campos de produção de grãos e das pastagens de cria e recria de gado para zonas mais interioranas. A intensificação da canavicultura no Mato Grosso do Sul reforçou uma situação de frente pioneira ativa dentro

do país, incitando a abertura de novas fronteiras da expansão agropecuárias (MARTINS, 2019), sejam estas dentro do próprio estado; mais ao norte do país (notadamente na Amazônia); ou mesmo em países vizinhos, tais como a Bolívia e o Paraguai.

**Imagem 3: Disputa de área entre cana e grãos no Alto Vale do Ivinhema (município de Rio Brilhante).**



Crédito: SAMPAIO, M.A.P., 2013.

**Imagem 4: Conversão e limpeza de pasto para transição ao primeiro plantio de cana no Baixo Vale do Ivinhema (município de Ivinhema).**

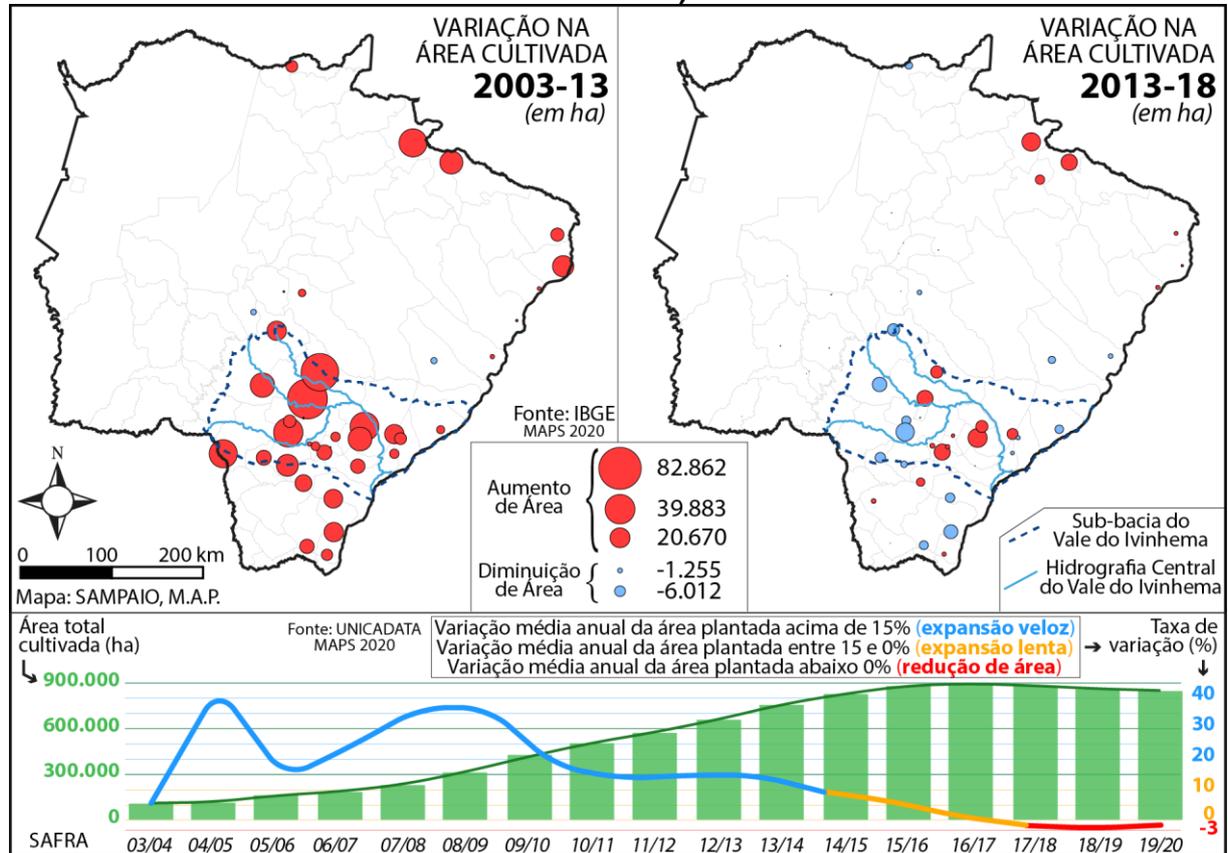


Crédito: SAMPAIO, M.A.P., 2013.

O Mato Grosso do Sul parece ter sido o caso das unidades da federação brasileiras em que a especulação em torno da ampliação da atividade sucroenergética foi mais intensa. Porém os impactos da crise financeira global desencadeada a partir de 2008, assim como de modificações na política nacional de tributação dos combustíveis e na cotação internacional das commodities agrícolas fizeram com que o ímpeto expansivo da cana-de-açúcar perdesse fôlego no estado. Estes elementos representaram um forte freio ao setor sucroenergético estadual. Por se tratar de uma cultura cujos resultados espaciais se fazem sentir sobretudo a médio e longo prazos, foi apenas após 2013 que as repercussões negativas dessas crises se fizeram mais perceptíveis. A relação de forças no setor agropecuário estadual foi refeita e o equilíbrio passou a pender, a depender da região e do município, um pouco mais para o lado dos grãos, retomando assim uma tendência existente antes de 2003 e fazendo com que parte das terras arrendadas para a cana retornassem ao controle dos cultivadores de soja e milho. Tal fenômeno foi especialmente mais intenso no

Alto Vale do Ivinhema (Mapa 6) e com isso as últimas três safras (2017/18, 2018/19 e 2019/20) foram de decréscimo da área plantada com cana.

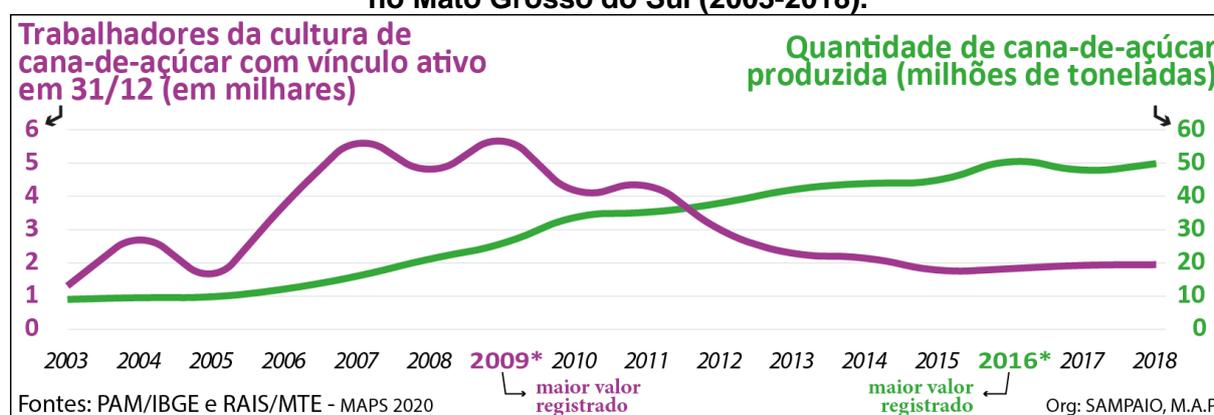
**Mapa 8: Variação na área municipal cultivada com cana no Mato Grosso do Sul (2003-2013-2018).**



Para concluirmos, convém destacar os rebatimentos dessa dilatação produtiva sobre a classe trabalhadora. No início do período expansivo vivenciado após 2003, algumas empresas atuantes no setor, notadamente algumas mais antigas, inauguradas no período do Proálcool, ainda mantinham formas de contratação da mão-de-obra anacrônicas com o novo momento que se instaurava. Vide o caso da já mencionada empresa Debrasa, que em 2007 voltou aos holofotes por abrigar o segundo maior número nacional de pessoas resgatadas em condições análogas à escravidão pelo Grupo Especial de Fiscalização Móvel do Ministério do Trabalho e Emprego naquele ano. Nesta unidade agroindustrial, pertencente à Companhia Brasileira de Açúcar e Alcool (CBAA), 1.011 trabalhadores, sendo 820 indígenas, foram encontrados em condições precárias e degradantes. Buscando justificar de alguma maneira o ocorrido, a empresa lançou uma nota ponderando ser “válido lembrar, ainda, que a usina é a maior empregadora de mão-de-obra indígena do Mato Grosso do Sul, estado que possui a segunda maior população de índios do Brasil”. Foi também no Mato Grosso do Sul, no município de Iguatemi, que se deu a terceira maior

libertação daquele ano, na Destilaria Centro Oeste Iguatemi Ltda (Dcoil), quando 409 pessoas foram resgatadas, 150 dos quais eram indígenas.<sup>5</sup> Uma funcionária da usina Agrisul/CBAA, de Sidrolândia, teria dito no ano de 2013 que a empresa contratava “100% de mão de obra indígena porque eles não têm ambição” (MENDONÇA; PITTA; XAVIER, 2012 p. 35). Entretanto, diferentemente do que ocorria nas décadas de 1980 e 1990, esta modalidade de trabalho e de trabalhador já não são mais a regra no setor sucroenergético estadual, e as três unidades produtivas supracitadas já não estão mais em funcionamento. Hoje em dia, o campo produz cada vez mais, porém empregando cada vez menos.

**Gráfico 1: Redução dos postos de trabalho e aumento da produção agrícola de cana no Mato Grosso do Sul (2003-2018).**



Fonte: IBGE e MTE. Elaboração do Autor

Na atual fase da canavicultura feita em escala agroindustrial (2003-2020), a modernização técnica promoveu o aumento da produtividade média do trabalhador e a redução do número total de trabalhadores envolvidos no processo produtivo. Uma vez mais o embate e a dialética entre desenvolvimento tecnológico e exploração da mão-de-obra, ou seja, entre capital e trabalho, emerge no contexto de introdução de uma nova tecno-esfera (SANTOS, 1994, p. 13-14) que leva à potencialização do rendimento do trabalho de cada indivíduo e conseqüentemente à redução do número de trabalhadores rurais absorvidos no processo de produção agrícola com a mecanização do trabalho. Ocorre atualmente a completa submissão dos poucos trabalhadores empregados aos ritmos produtivos das grandes e modernas máquinas agrícolas, processo em que, para que se otimize e maximize o uso dos novos e caros meios de produção, evitando-se ao máximo sua ociosidade, submete a classe trabalhadora à um ritmo frenético de trabalho. Para os trabalhadores rurais, o elevado patamar tecnológico estabelecido nas lavouras de cana significou intensificação do ritmo de trabalho, assim como inovações nas formas contratuais, na

<sup>5</sup> Vide os sites <https://reporterbrasil.org.br/2008/01/grandes-libertacoes-de-trabalhadores-em-canaviais-dominam-2007/> e <https://www.cptne2.org.br/index.php/publicacoes/noticias/trabalho-escravo/2378-fiscalizacao-resgata-409-trabalhadores-entre-eles-150-indios>, acessos realizados em 12 de junho de 2020.

divisão das tarefas, nos horários e jornadas, nos mecanismos de controle e supervisão do trabalho, nas formas de remuneração e também nos padrões de adoecimento. Para a saúde do trabalhador rural, conforme salientam Scopinho, Eid, Vian e Silva (1999, p. 157), a generalização do corte mecanizado da cana-de-açúcar promoveu a diminuição dos impactos negativos advindos de “cargas do tipo físico” (radiação solar, umidade provocada pela chuva, calor, frio), “cargas do tipo biológico” (picadas de animais, contaminação bacteriológica) e “cargas do tipo químico” (poeira da terra, fuligem da cana queimada, resíduos de produtos químicos utilizados nos tratamentos culturais) em relação ao corte manual. Porém, acentuou a presença de elementos que configuram as “cargas do tipo psíquico” (subordinação aos movimentos das máquinas, ausência de pausas regulares, monotonia e repetitividade, responsabilidade por períodos prolongados e ininterruptos, atenção e concentração constantes, supervisão com pressão) e “cargas do tipo fisiológico” (posturas incorretas, dores lombares, movimentos repetitivos, dores de cabeça e “zoeira no ouvido” por causa do ruído e da trepidação). Dito de outro modo, com a modernização ocorrida, os problemas e as lesões físicas dos trabalhadores da cana reduziram-se, mas os problemas psicológicos ampliaram-se.

### **Considerações finais**

O estabelecimento de uma nova geração de unidades agroindustriais sucroenergéticas representou o fim de uma época e o início de outra, no que se refere à história canavieira e de suas relações de trabalho no estado do Mato Grosso do Sul. Os grandes contingentes de trabalhadores braçais foram substituídos por sofisticados e potentes maquinários agrícolas, objetos técnicos da globalização e promotores da aceleração contemporânea e da agricultura científica globalizada (SANTOS, 1993 e SAMPAIO, 2010). O meio técnico-científico-informacional implantou-se na atividade canavieira e (quase) todas as etapas do trabalho agrário passaram a ser realizadas por máquinas especializadas na realização de funções específicas: plantio, tratamentos culturais e colheita são atualmente tarefas realizadas por enormes maquinários terrestres e aéreos.

Ao promoverem o desenvolvimento do capitalismo no campo, ampliam as contradições básicas desse sistema, seja pela destruição da natureza, seja pela captura de mais-valia de seu operariado. Mas, sob a perspectiva territorial, é preciso destacar que há focos de resistência a esse modelo de desenvolvimento pautado no agrohidronegócio e na máxima exploração do trabalho e dos recursos da natureza. O governo, nos últimos anos, apontou na direção da ampliação quase irrestrita da área canavieira, fosse via o bilionário apoio financeiro por meio do BNDES, fosse pelo apoio técnico e institucional que classificou 6,2 milhões de hectares de terras no como altamente aptas a serem incorporadas pela

canavicultura no estado. Porém, outras formas de territorialização da vida e da existência se contrapõem a da monocultura latifundiária modernizada (seja esta da cana, da soja, do eucalipto ou outra). São os casos das Terras Indígenas, das Unidades de Conservação federais, estaduais, municipais e particulares e das áreas de agricultura familiar e camponesa, tanto as advindas de iniciativas privadas de parcelamento de lotes para o acesso à terra quanto de programas oficiais do governo para a criação de assentamentos de reforma agrária (Mapa 3).

Desde o ponto de vista da regionalização, ainda com base na proposição teórica de Haesbaert (2010), temos o Vale do Ivinhema como área *núcleo* da atividade sucroenergética no estado do Mato Grosso do Sul atualmente. Verifica-se a tendência de consolidação da presença canvieira na borda ocidental da bacia do Paraná, que é a parte mais baixa da sub-bacia, paralelamente à intensa disputa territorial com o setor de grãos nos planaltos de Maracaju e Dourados, na parte alta da sub-bacia. Para além dessa região produtiva e competitiva do agrohidronegócio sucroenergético sul-mato-grossense, há ainda outras cinco zonas (ou áreas mais ou menos pontuais) de produção que merecem ser relacionadas, mesmo não conformando regiões especializadas neste cultivo: 1) no chamado “Cone Sul”, próxima à divisa com o Paraná, os municípios de Naviraí e Juti; 2) na área fronteira com Goiás, os municípios de Costa Rica, Chapadão do Sul e Paraíso das Águas; 3) na área fronteira com o estado de São Paulo, os municípios de Brasilândia e Santa Rita do Rio Pardo; 4) na área fronteira com Minas Gerais, os municípios de Aparecida do Taboado e Paranaíba e 5) na área fronteira com o Mato Grosso, o município de Sonora.

Por fim, ante os velhos e os novos problemas e desafios atrelados ao meio rural de uma zona de fronteira agrícola, gostaríamos de acreditar que a fotografia a seguir (Imagem 5) fosse uma boa alternativa viável para mediar e orientar o desenvolvimento territorial em maior harmonia e em benefício de uma maior parcela da população. Num espaço onde a cana-de-açúcar vivencia sua fronteira de expansão; onde povos, crenças, etnias, línguas e culturas diversas se encontram; onde biomas se misturam, bacias hidrográficas se encontram e onde o Brasil se aproxima de países estrangeiros, é extremamente necessário que o agrohidronegócio canvieiro deixe definitivamente de significar a degradação do “outro” nos confins do Brasil (MARTINS, 2019).

**Imagem 5: Outdoor urbano sobre a questão agrária sul-mato-grossense (município de Maracaju, 2013).**



Crédito: SAMPAIO, M.A.P., 2013.

Uma análise mais crítica acerca do discurso subjetivamente contido neste *outdoor* nos demanda uma reflexão mais aprofundada. Neste sentido, os estudos de Fernandes (2005; 2008a; 2008b) são esclarecedores e conclusivos. Em primeiro lugar, é mister lembrar que o espaço geográfico é composto de territórios e é essencialmente a partir das noções de disputa e de conflitualidade que se produzem as múltiplas territorialidades. A disputa paradigmática relacionada aos modelos de desenvolvimento territorial em marcha, opondo basicamente a conformação de territórios capitalistas e não capitalistas, de forma contraditória e paradoxal incorre em “conflitos, negociações, acordos, manifestações, prisões (às vezes mortes), superando e resolvendo problemas, criando-os e recriando-os” (FERNANDES, 2008a, p. 214). Assim, o desenvolvimento territorial rural (DTR) atrelado à territorialização do capital no campo engendra, concomitantemente, o processo geográfico denominado de “TDR” (territorialização – desterritorialização – reterritorialização), promovendo *pari-passu* a resistência dos movimentos socioterritoriais aliados nesse processo - notadamente a de camponeses e indígenas. Para concluir, é importante frisar que “a conflitualidade e o desenvolvimento acontecem simultâneos e consequentemente, promovendo a transformação de territórios, modificando paisagens [...] refazendo costumes e culturas, reinventando modos de vida, reeditando permanentemente o mapa da geografia agrária” (FERNANDES, 2008a, p. 179).

## Referências

- ADAMI, M.; MELLO, M.P.; AGUIAR, D.A.; RUDORFF, B.F.T.; SOUZA, A.F. A Web Platform Development to Perform Thematic Accuracy Assessment of Sugarcane Mapping in South-Central Brazil. **Remote Sensing**. Basileia, v. 4, ed. 10, p. 3201-3214, 2012. Disponível em: <http://www.mdpi.com/2072-4292/4/10/3201>. Acesso em 13 mai. 2021.
- ANDRADE, M. C. de. **Modernização e pobreza: a expansão da agroindústria canavieira e seu impacto ecológico e social**. São Paulo: UNESP, 1994.
- ARCHELA, R. S.; THÉRY, H. Orientação metodológica para construção e leitura de mapas temáticos. **Revista Confins**. Paris, Número 3, 2008. Disponível em <http://confins.revues.org/3483#quotation>. Acesso em: 05 jul. 2020.
- ARRUZZO, R. C.; CUNHA, L. D. O setor sucroenergético em Mato Grosso do Sul: conflitos territoriais e a questão indígena. **Anais do XXIV Encontro Nacional de Geografia Agrária**. Dourados: UFGD, 2018, p. 2356-2376.
- BACCARIN, J. G. **A desregulamentação e o desempenho do complexo sucroalcooleiro no Brasil**. 2005. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção), Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2005.
- BRASIL. MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (MTE). **Relação anual de informações sociais: RAIS**. Disponível em: <http://bi.mte.gov.br/bgcaged/inicial.php>. Acesso em: 21 jul. 2020.
- CASTILLO, R.; FREDERICO, S. Dinâmica Regional e Globalização: espaços competitivos agrícolas no território brasileiro. **Revista Mercator**. Fortaleza, Vol. 9, Nº 18. 2010.
- CASTILLO, R. A.; SAMPAIO, M. A. P. Reestruturação produtiva e regionalização do agronegócio canavieiro no Brasil no século XXI. *In*: BERNARDES, J.A. e CASTILLO R.A. (Orgs.). **Espaço geográfico e competitividade: regionalização do setor sucroenergético no Brasil**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2019, p. 235-252.
- CASTRO SANTOS, M. H. **Política e Políticas de uma energia Alternativa: o caso do Proálcool**. Rio de Janeiro: Editora Notrya/ANPOCS, 1993.
- CDPA - Comissão de Defesa da Produção de Açúcar. **Mappas estatísticos da produção do açúcar no Brasil**. Rio de Janeiro, CDPA, 1933.
- CORREA, F. M. **O trabalho indígena na Usina Passa Tempo em Rio Brillante-MS (décadas de 1980 e 1990)**. 2015. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2015.
- CUNHA, L. D. **O avanço da fronteira agrícola no Mato Grosso do Sul e a precarização das práticas espaciais Guarani e Kaiowa**. 2017. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017.
- DÉ CARLI, G. **História do Instituto do Açúcar e do Alcool**. Recife: Editora do Autor, 1996. 8 vols.
- DOMINGUES, A.T.; THOMAZ JÚNIOR, A. A territorialização da cana-de-açúcar no Mato Grosso do Sul. **Caderno Prudentino de Geografia**. Presidente Prudente, n.34, v.1, p.138-160, jan./jul.2012. Acesso em: 21 jul. 2020.

ELIAS, D. Regiões produtivas do agronegócio: notas teóricas e metodológicas. *In*: ADÃO, J. B.; SILVA, C. A. da; ARRUZZO, R. C. **Espaço e energia – mudanças no paradigma sucroenergético**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2013, p. 201-220.

FARIA, A.; FRATA, A. **Biocombustível**: a cana-de-açúcar na região hidrográfica do rio Paraná e a produção de grãos, a pecuária e a cana na sub-bacia do rio Ivinhema. Campo Grande: Ecoa, 2008.

FERNANDES, B.M. Conflitualidade e desenvolvimento territorial, 2008a. *In*: BUAINAIN, A.M. (Coord.). **Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil**. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2008, p. 173-229.

FERNANDES, B.M. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista NERA**. Presidente Prudente, Ano 8, Nº 6, jan./jun 2005. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1460>. Acesso em 15 mai. 2021.

FERNANDES, B.M. Sobre a tipologia de territórios, 2008b. *In*: SAQUET, M.A.; SPOSITO, E.S. (Orgs.), **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular/ UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2008, p. 197-215.

FERREIRA, P.S.; SILVA, C.A. (2017). A expansão das lavouras de cana-de-açúcar na bacia hidrográfica do Rio Brilhante/MS e na área de influência das usinas sucroenergéticas. *In*: BOIN, M. N. e MARTINS, P. C. S. (orgs.). **Planejamento e Análises Ambientais**. Tupã, Associação Amigos da Natureza da Alta Paulista (ANAP), 2017, (p. 29–44). Acesso em: 21 jul. 2020.

FRATA, A. M.; PEREIRA, M. C.; CAMPELO, E., Agrovila de trabalhadores de usina sucroalcooleira em Rio Brilhante/MS. Campo Grande: **Anais do 48º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER)**, 2010. Disponível em <http://www.sober.org.br/palestra/15/1316.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2019.

GIRARDI, E. P. **Atlas da Questão Agrária Brasileira**. Presidente Prudente: UNESP/NERA, 2008. Disponível em: [www.atlasbrasilagrario.com.br](http://www.atlasbrasilagrario.com.br). Acesso em: 18 fev. 2020.

GIRARDI, E. P. Proposição teórico-metodológica de uma cartografia geográfica crítica e sua aplicação no desenvolvimento do atlas da questão agrária brasileira. **Revista do Departamento de Geografia – USP**, São Paulo, Volume Especial Cartogeo, p. 302-331, 2014. Acesso em: 21 jul. 2020.

HAESBAERT, R. Região, regionalização e regionalidade: questões contemporâneas. **ANTARES**, nº 3, jan./jun. 2010, p. 2-24. Disponível em: <http://www.uces.br/etc/revistas/index.php/antares/article/view/416/360>. Acesso em 09 mai. 2021.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **XII Censo Demográfico 2010**. Disponível em <https://censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em: 22 ago. 2020.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário, Florestal e Aquícola 2017**. Disponível em <https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/>. Acesso em: 22 ago. 2020.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Monitoramento da cobertura e uso da terra do Brasil 2014-2016**. Rio de Janeiro, IBGE, 2018. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101625.pdf>. Acesso em 13 mai. 2021.

IAA - Instituto do Açúcar e do Alcool. **Anuário Açucareiro**. Rio de Janeiro: 1935.

MARTINS, J. S. **Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano**. 2. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2019.

MENDONÇA, M. L.; PITTA, F. T.; XAVIER, C. V. **A agroindústria canvieira e a crise econômica mundial**. São Paulo: Editora Outras Expressões, 2012. Disponível em <https://www.social.org.br/relatorioagrocombustiveis2012.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2020.

NATALE NETTO, J. **A saga do álcool: fatos e verdades sobre os 100 anos de história do álcool combustível em nosso país**. Barueri: Novo Século, 2007.

OLIVEIRA, A. U. **A Mundialização da Agricultura Brasileira**. São Paulo: Iandé Editorial, 2016.

OLIVEIRA, A. A. S. de; OLIVEIRA, A. S. de; SANTANA, A. R.; SILVA, L. A. Os impactos da Usina Eldorado no modo de vida dos assentados do PANA - Nova Alvorada do Sul-MS. In: FAISTING, A. L.; MARSCHNER, W. (Orgs.). *In: Olhares sobre os assentamentos de reforma agrária em Mato Grosso do Sul: resultados da experiência do curso de licenciatura em Ciências Sociais – UFGD/PRONERA*. Dourados: Editora UFGD, 2015.

PEREIRA, M. C. **A expansão da cadeia sucroalcooleira em Mato Grosso do Sul, dinâmica e determinantes**. Dissertação (Mestrado em Agronegócios), Universidade Federal do Mato Grosso do Sul/Universidade de Brasília, Campo Grande, 2007.

PITTA, F. T. **Modernização retardatária e agroindústria sucroalcooleira paulista: o Proálcool como reprodução fictícia do capital em crise**. 2011. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

RICARDO, C. A. **Povos indígenas no Brasil: 1991-1995**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 1996.

SAMPAIO, M. A. P. **Aceleração do tempo e encurtamento das distâncias. O histórico papel das técnicas no processo de interiorização e modernização da canavieira paulista – séculos XVI a XXI**. 2010. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

SAMPAIO, M.A. P. **360° - O Périplo do Açúcar em direção à Macrorregião Canvieira do Centro-Sul do Brasil**. 2015. Tese (Doutorado em Geografia Humana), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

SANTOS, M. A aceleração contemporânea: tempo-mundo e espaço-mundo. *In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A. de; SCARLATO, F. C.; ARROYO, M. (Orgs.). Novo mapa do mundo: fim de século e globalização*. São Paulo: HUCITEC/ ANPUR, 1993.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, M. **Técnica, Espaço, Tempo**. Globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Hucitec, 1994.

SCOPINHO, R. A.; EID, F.; VIAN, C. E. de F.; SILVA P. R. C. da. Novas tecnologias e saúde do trabalhador: a mecanização do corte da cana-de-açúcar. **Cadernos de Saúde Pública**. Rio de Janeiro, vol.15 n.1. jan./mar. 1999

SILVA, O.; FISCHETTI, D. **Etanol: a revolução verde e amarela**. São Paulo: Bizz Comunicações e Produções, 2008.

SHIKIDA, P. F. A. **A evolução diferenciada da agroindústria canvieira no Brasil de 1975 a 1995**. Cascavel: Edunioeste, 1998.

TEIXEIRA, J. C. **Os efeitos socioespaciais da expansão canavieira na bacia hidrográfica do rio Ivinhema no estado de Mato Grosso do Sul**. 2015. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2015.

TEIXEIRA, J. C.; HESPANHOL, A. N. A expansão canavieira na bacia do rio Ivinhema no estado de Mato Grosso do Sul. **Anais do XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária**. Dourados: UFU, 2012.

THÉRY, H. Modelização gráfica para análise regional: um método. **Revista GEOUSP**, São Paulo, USP, Número 15, p. 179-188. 2004. Acesso em: 22 ago. 2020.

THOMAZ JÚNIOR, A. **Por trás dos canaviais, os “nós” da cana – a relação capital x trabalho e o movimento sindical dos trabalhadores da agroindústria canavieira paulista**. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2002.

THOMAZ JÚNIOR, A. O agrohidronegócio no centro das disputas territoriais e de classe no Brasil do século XXI. **Campo-Território: revista de geografia agrária**. Uberlândia, v.5, nº10 (2010). Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/issue/view/638>. Acesso em: 18 jun. 2019.

---

## Sobre o autor

---

**Mateus de Almeida Prado Sampaio** – Graduação em Geografia pela Universidade de São Paulo (USP). Mestrado em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP). Doutorado em Geografia Humana Universidade de São Paulo (USP). Pós-doutorando em Geografia na Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Presidente Prudente. Bolsista CAPES/Programa Nacional de Pós-doutorado. **OrcID** – <https://orcid.org/0000-0002-5415-4254>.

---

## Como citar este artigo

---

SAMPAIO, Mateus de Almeida Prado. Mato Grosso do Sul e suas zonas canavieiras: uma região de fronteira (1931-2020). **Revista NERA**, v. 24, n. 60, p. 175-201, set.-dez., 2021.

---

Recebido para publicação em 06 de setembro de 2020.  
Devolvido para a revisão em 26 de abril de 2021.  
Aceito para a publicação em 17 de maio de 2021.

---